



Mapeamento Inicial de Base MuniSAM

MUNICÍPIO DE MARRUPA

INDICE

Índice

LISTA DE ABREVIATURAS.....	1
Agradecimentos.....	2
Sumário Executivo.....	3
Introdução.....	5
Antecedentes Gerais.....	5
O Município de Marrupa.....	7
A SITUAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO SOCIAL POR COMPONENTE	1
COMPONENTE A - Maior resistência às Mudanças Climáticas e sistemas sustentáveis de Gestão de Resíduos sólidos urbanos	1
COMPONENTE B - Gestão Financeira	7
COMPONENTE C - Governação Municipal e Participação dos cidadãos.....	13
Conclusões e Reflexões Finais.....	18
Anexos	24
Anexo A - Bibliografia.....	24
Anexo B - Lista de Entrevistados	25

Índice de Figuras

Figura 1 – Vista Parcial do CMVM [Google Maps]	07
Figura 2 – Pesquisadora do MuniSAM Deborah Capela durante a entrevista com régulo Marracuene na sua residência.....	08
Figura 3 – O pesquisador do MuniSAM Aly Lálá com a Coordenadora da Rádio Comunitária de Marrupa, Joana Fernando Saíde, nas instalações da rádio.....	10
Figura 4 e 5 – Parede de Informações junto do “Mercado Central”	12
Figura 6 - Parede de Informações no junto do “Mercado “Mangueira”	12

LISTA DE ABREVIATURAS

MuniSAM	Programa de Monitoria de Responsabilização Social ao nível dos Municípios
SAMCom	Comité de Monitoria de Responsabilização Social

PRODEM	Programa de Desenvolvimento Municipal
PDA	Programa de Desenvolvimento Autárquico
ANAMM	Associação Nacional dos Municípios de Moçambique
CM	Conselho Municipal
AM	Assembleia Municipal
OIDP	Observatório Internacional de Democracia Participativa
FMI	Fundo Monetário Internacional
MITADER	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
OSC	Organizações da Sociedade Civil
ROADS	Rede das Organizações para Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Niassa
DUATS	Direito de Uso e Aproveitamento de Terras

AGRADECIMENTOS

A CONCERN Universal Moçambique endereça um especial agradecimento à Presidente do Conselho Municipal da Vila de Marrupa, a qual abriu as portas da instituição que dirige e o acesso aos entrevistados e a documentação relevante. Os vereadores contactados e a toda equipa do Conselho Municipal, a Assembleia Municipal e alguns representantes da sociedade civil ofereceram-nos notas importantes que servirão como referência à equipa na utilização da abordagem de responsabilização social no âmbito do Programa de Desenvolvimento Municipal - PRODEM.

A todas as pessoas e entidades que partilharam connosco a sua opinião e contribuído tornando possível o presente mapeamento, o nosso **Muito Obrigado em nome de toda a equipa MuniSAM.**

Sumário Executivo

O presente relatório é referente a um exercício de Mapeamento Inicial no âmbito da implementação do Programa MuniSAM – Programa de Monitoria de Responsabilização Social ao nível dos Municípios, integrado a partir de Janeiro de 2016 no PRODEM – Programa de Desenvolvimento Municipal, um programa do Governo de Moçambique que conta com o apoio de quatro parceiros internacionais de desenvolvimento (Dinamarca, Suíça, Suécia e Irlanda). O MuniSAM está integrado dentro da componente de Participação do Cidadão, a Componente C, mas também é implementado numa perspectiva transversal, abrangendo, deste modo, as Componentes A (maior resistência às Mudanças Climáticas e sistemas sustentáveis de Gestão de Resíduos sólidos urbanos) e B (Gestão Financeira) do PRODEM.

O relatório de mapeamento inicial pretende oferecer uma descrição detalhada da actual situação da capacidade e engajamento entre Conselho Municipal, Assembleia Municipal e Municípios em volta dos processos de gestão dos recursos públicos e no nível de satisfação das necessidades dos Municípios através da provisão de serviços públicos aos mesmos. As constatações do presente Relatório serão também utilizadas para comparar o progresso que venha a ser alcançado pelo Programa MuniSAM, para efeitos de monitoria e avaliação e de medição de impacto. A visita de campo ao Município de Marrupa foi realizada em Abril de 2016.

Cada uma das secções e subsecções do relatório pretende fornecer um retrato abrangente sobre a actual situação no que respeita à capacidade de envolvimento no nível municipal, entre órgãos municipais e municípios, mas, mais especificamente, o relatório procura avaliar a capacidade das partes interessadas para participarem efectivamente em torno dos processos de Responsabilização Social que dizem respeito às três Componentes A, B e C. O relatório foi estruturado de modo a fornecer um conjunto de constatações de base relativas a cada uma das Componentes referidas.

Para que esta análise fosse possível foi consultada uma série de documentação relevante e contactos com intervenientes e partes interessadas-chave foram realizados em Maputo e em Marrupa. Foi também efectuada uma análise aprofundada ao quadro jurídico-legal e institucional relacionado com cada um dos processos de responsabilização social ao nível municipal e as normas aplicáveis a cada um dos processos foram mapeadas.

De forma resumida, Marrupa enfrenta problemas ambientais sérios. A sua situação de vulnerabilidade coloca este Município entre as 9 áreas do país sob maior risco face às alterações climáticas. Apesar de o problema da erosão ser comumente conhecido por todos os municípios os seus hábitos e práticas deixam ainda muito a desejar e o Conselho Municipal (e o Governo Distrital) não tem demonstrado

capacidade para tomar medidas face ao problema. Por parte do Governo Provincial, é possível acompanhar recomendações para a adopção de medidas de combate ao problema contudo, com recursos escassos, torna-se difícil fazê-lo com mais regularidade. Algumas iniciativas têm sido adoptadas, como, por exemplo, o plantio de capim-elefante, de árvores e bananeiras em certas áreas para conter o deslizamento nas ravinas durante épocas de chuva e ventos. Porém, a construção em zonas vulneráveis, a extracção de areia e a expansão desordenada só vem agravar o problema. O Conselho Municipal não tem, nem os recursos, nem o conhecimento necessário para estancar ou mitigar o problema.

Acreditamos que a intervenção do PRODEM e de outras iniciativas de protecção ambiental pode fazer a diferença num contexto de escassez de recursos (financeiros e humanos) e capacidades de quadro técnico bastante limitadas.

Introdução

Antecedentes Gerais

Moçambique é um país da parte austral de África que enveredou, desde 1997, num processo de municipalização, o qual vem sido gradualmente implementado. Se, por um lado, o estabelecimento de autarquias tem como fim desconcentrar certos poderes do Estado para entidades públicas autónomas; por outro, o objectivo é de aproximar a prestação de serviços básicos ao cidadão. Assim, questões como o ensino primário, a prestação de serviços primários de saúde, a gestão de resíduos sólidos e, entre outros, a adopção e controle da utilização de formas de estar ambientalmente sustentáveis, devem estar sob a alçada do município.

O Decreto 33/2006 estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias, contudo este processo tem sido demasiadamente lento.

As primeiras 33 autarquias foram criadas em 1998. Uma segunda geração nasceu em 2008, cerca de 10 autarquias. Mais 10 foram criadas em 2013, perfazendo um total de 53 autarquias. A Vila de Marrupa ascendeu à categoria de Município em 2008.

Um estudo realizado em 2009 sobre as lições aprendidas nos primeiros dez anos de autarquização¹ concluíra que os municípios enfrentavam (riam) sérios problemas em áreas específicas como sejam, na gestão financeira, em recursos humanos, na gestão de resíduos sólidos, pobreza urbana, e na prestação integrada de serviços. ***Estes desafios permanecem até hoje, e permanecem também pertinentes as questões principais de análise que o estudo colocava:*** (a) o impacto da urbanização em Moçambique e no futuro? (b) os principais desafios, constrangimentos, soluções e oportunidades enfrentados pelos municípios? (c) como responder a tais desafios? (d) qual o papel do Governo, da ANAMM e dos Parceiros de Cooperação na criação de um clima mais propício a que os municípios funcionem com eficácia? (e) como podem as agências de ajuda ao desenvolvimento dar melhor apoio ao desenvolvimento autárquico e quais as lições aprendidas até ao presente?

Apesar de ser certo que o processo de descentralização municipal veio para ficar e expandir, muitas destas questões continuaram, e continuam, actualmente, sem resposta e poucas evidências sólidas existem para depreender-se que tenha havido um forte impacto sobre os desafios então identificados. Durante o Seminário Nacional de Governação Municipal Participativa em preparação da 16ª Conferência da OIDP², a Ministra da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita

¹ Desenvolvimento Municipal em Moçambique: As Lições da Primeira Década, MAE (Ministério da Administração Estatal), ANAMM, SDC, Banco Mundial, GTZ, ADA, Embaixada Real da Dinamarca, UCL-DPU e UN-Habitat, vários autores, 2009.

² Observatório Internacional de Democracia Participativa.

Namachilua sublinhou que os desafios prioritários para os Municípios moçambicanos são - numa perspectiva de provisão de serviços de qualidade e alívio da pobreza -, entre outros, (a) o ordenamento territorial e a gestão do solo urbano; (b) o aumento de receitas próprias; (c) o saneamento do meio; (d) a adaptação às mudanças climáticas e (f) a responsabilização social dos munícipes e autarcas no desenvolvimento das suas cidades e vilas.

A ministra apregoou que é importante estimular que as autarquias assumam a sua responsabilidade em melhorar o exercício das suas funções. Adianta-se ainda, determinando que os Municípios devem prestar serviços de qualidade aos munícipes, e, devem empreender-se no aumento da sua capacidade de geração local de receitas por forma a reduzir a actual excessiva dependência nas transferências pelo Governo Central (para funcionamento e investimento, em estradas e fundos de iniciativa local).

O Governo está bem claro sobre a necessidade de aumentar capacidade, a transparência e a responsabilização social na gestão (obtenção e utilização) de recursos municipais. Parece-nos porém que a visão estratégica do processo de municipalização em Moçambique ainda não é clara e igual para todas as partes interessadas e actores no processo, principalmente a nível local (Municípios) onde ainda é possível encontrar alguma resistência por parte dos gestores municipais na adopção destes princípios e abertura para com iniciativas desta natureza. Poderia este ser, um dos eixos estratégicos para a Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM) no seu próximo plano de longo prazo.

Permanecem desafios a nível de controlo na gestão da coisa pública e na participação cívica, os quais aliás não são mais do que um reflexo de toda a conjuntura da governação em Moçambique, a nível distrital, provincial e central. Moçambique atravessa uma crise sem precedente de gestão de recursos públicos. De acordo com o FMI, para Moçambique previa-se um crescimento económico de 6.5 por cento em 2016. E em Dezembro de 2015, afirmou que o país registaria, entre outros um crescimento robusto³. Todavia, a actual conjuntura político-económica mundial não tem permitido materializar as projecções financeiras dos países, principalmente no continente africano. Os sistemas de governação existentes, por serem ainda frágeis, apenas exacerbaram o impacto da referida conjuntura. Se, por um lado, iniciativas que antecederam ao PRODEM (e.g. PDA, P-13, etc.) contribuíram para reforçar o quadro institucional das autarquias abrangidas, rapidamente notou-se que ausências de mecanismos de engajamento cívico inibem o desenvolvimento e boa-governação almejados.

³ Por favor, consulte IMF Executive Board Completes Fifth PSI Review, Approves US\$282.9 Million Credit Facility and Concludes 2015 Article IV Consultation with Mozambique, Press Release No. 15/580, December 18, 2015

Acreditar que, com o reforço das capacidades de engajamento dos munícipes a pressão cívica exercida sobre os órgãos municipais irá mudar e, conseqüentemente, irá alterar-se a qualidade dos serviços municipais prestados foi um dos principais *motos* do MuniSAM, que demonstrou que iniciativas de Responsabilização Social e engajamento cívico podem melhorar a governação municipal e os processos de gestão de recursos públicos. O PRODEM, que por sua vez, coloca ênfase tanto no reforço institucional como na promoção da Responsabilização Social integrou a abordagem utilizada pelo MuniSAM na sua Componente de governação participativa.

O desafio permanece, sem dúvida, em assegurar que toda a reforma em curso no país e que as intervenções de Responsabilização Social possam ser traduzidas em benefícios reais para os munícipes de Moçambique.

O Município de Marrupa

Marrupa é a vila-sede do distrito de Marrupa, província do Niassa e ascendeu à categoria de Município de Vila em 2008, tendo iniciado as suas actividades como autarquia em Fevereiro de 2009. Apesar de a população do Distrito de Marrupa ser de origem Yao, dentro do município, a população é, maioritariamente, de origem Mettó.

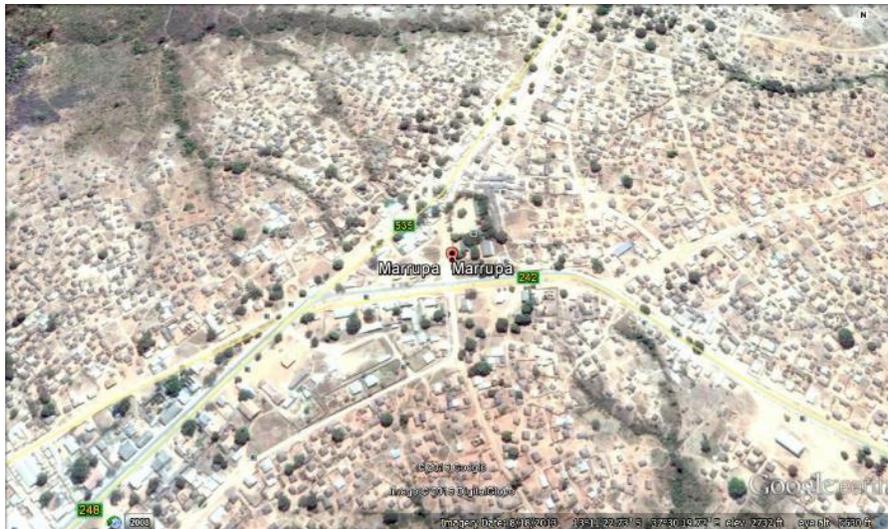


Figura 1 - Vista Parcial do CMVM [Google Maps]

A sua Assembleia Municipal é formada por 13 membros das quais 4 são Mulheres, 12 da FRELIMO e 1 do MDM⁴. O município encontra-se dividido em 12 bairros municipais, nomeadamente:

⁴ Partidos políticos: FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e MDM (Movimento Democrático de Moçambique).

- (a) Moagem;
- (b) Naiage;
- (c) 25 de Junho;
- (d) Chumula;
- (e) M'puto;
- (f) Marracuene;
- (g) Manlia;
- (h) Namuera;
- (i) Nangia;
- (j) Catange;
- (k) Cafezeiro; e
- (l) Mepelia.

Tem aproximadamente 23.485 habitantes e uma área de cerca de 305 km². De acordo com registos disponibilizados pelo Conselho Municipal, a 3 km da vila há uma pequena lagoa, em Nangia. Foi neste local onde os portugueses, quando chegaram à zona, encontraram senhoras a pilar um “milho fino” localmente designado por *marupi*. Após consultarem que produto era aquele, a que as mulheres responderam *Marupi*, os portugueses - na sua pronúncia deficiente - passaram a designar o local de Marrupa.

Marrupa tem um excelente potencial agrícola, mas as chuvas intensas ou, ciclicamente, a ausência destas, prejudicam a agricultura, ocorrendo, com frequência situações de fome. As suas principais culturas incluem milho, mapira, mandioca e batata-doce. São também produzidas localmente algumas hortícolas.

Para além deste, o município enfrenta outros desafios preocupantes, designadamente:

- (i) Acesso a água potável
- (ii) Desemprego
- (iii) Fraco ordenamento territorial
- (iv) Deficientes vias de acesso
- (v) Saneamento do meio
- (vi) Doenças hídricas

A sua capacidade de arrecadação de receitas é bastante reduzida. Contudo, desde o início do seu funcionamento como município, registou uma subida significativa, de aproximadamente 300 mil Meticais anuais em receitas próprias, para acima de 1 Milhão de Meticais nos últimos anos, estando ainda, aquém das suas previsões anuais de 2,4 Milhões de Meticais, em 2016.

A SITUAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO SOCIAL POR COMPONENTE

COMPONENTE A - MAIOR RESISTÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A presente sub-secção tem como objectivo avaliar o grau de engajamento dos cidadãos nas matérias abrangidas por esta componente, olhando, entre outras, para as seguintes dimensões:

- A existência de grupos cívicos que trabalham em matérias ambientais e de espaços de diálogo apropriados;
- O grau de entendimento, conhecimento e capacidade de munícipes e órgãos municipais à volta de questões ambientais;
- A existência de planos específicos e a sua monitoria pelos cidadãos;
- A divulgação de informação relevante pelos órgãos municipais;
- Existência de boas práticas locais de tratamento de resíduos;
- A actual situação de ordenamento territorial.

1. Marrupa é um local sem muita tradição de participação cívica. As pessoas por nós consultadas deixaram bastante claro que, apesar de não haver alguma proibição à participação, há um certo distanciamento entre munícipes e órgãos municipais. Os munícipes não aderem à participação junto das sessões da Assembleia Municipal. Não há, para além deste, outros espaços para a discussão de questões e preocupações ambientais entre órgãos municipais e munícipes o que tem um impacto negativo sobre o grau de adopção de boas práticas ambientais. Ao invés, os órgãos municipais interagem mais com as chefias comunitárias para servir de ligação com os munícipes
2. No entanto, de acordo com as pessoas contactadas, estes líderes não se tem envolvido muito no combate a más práticas adoptadas pelos munícipes, oferecendo riscos para o meio ambiente, tais como a construção desordenada, o assentamento em lugares propensos à erosão aliado à fragilidade dos solos, a retirada de areia para construção em tais locais, a deposição, na via pública, de resíduos e lixo domésticos, entre outros.

Sobre o assunto, “Veja por exemplo, o Conselho Municipal construiu casas de banho no mercado mas estas não são usadas porque se cobra 5 meticais de taxa de uso para se realizar a manutenção das mesmas (água, limpeza, arranjos). As pessoas dizem que precisam de casa de banho mas acham que não tem de pagar por nada, preferem fazer as suas necessidades nas imediações mas tivemos de tomar medidas para controlar esta situação através da aplicação de multas”.

Presidente do Conselho Municipal – Marta Romeu

3. Pudemos apurar que têm sido realizadas algumas actividades de sensibilização. As mesmas, entretanto, não têm causado o impacto desejado no seio dos munícipes. Uma razão é a sua limitada abrangência e a falta de preparação por parte dos funcionários do Conselho Municipal e dos líderes comunitários para o efeito. A Presidente do Conselho Municipal explicou à equipa que existem razões culturais que influenciam o facto de os munícipes muitas vezes se recusarem a adoptar práticas ambientalmente correctas.
4. Segundo o vereador do Meio Ambiente o Conselho Municipal pretende melhorar a sua interacção com os munícipes e criar maior envolvimento destes nas actividades promovidas pelos órgãos municipais através de maior disseminação de mensagens, transmitidas, de acordo com o mesmo, nas visitas aos bairros (que apuramos serem pouco regulares) e em palestras aos líderes comunitários (que acreditamos que não divulgam de forma apropriada a mensagem aos munícipes aquando do retorno aos bairros).
5. Os bairros mais afectados pela erosão são o Cafezeiro, Mepelia, Moagem e Nahage. Este vereador revela que algumas actividades como o plantio de árvores em locais de erosão, o plantio de capim-elefante e bananeiras para minimizar a problema da erosão são levadas a cabo pelo Conselho Municipal. Outras iniciativas incluem, a criação de grupos ambientais nas escolas, no âmbito de uma parceria com o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER).
6. A questão da erosão coloca Marrupa entre os principais 9 locais de maior risco em Moçambique como resultado das alterações climáticas, conforme anunciado, em 2014, pelo então Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). Com efeito, apesar de Marrupa não possuir um plano de resiliência a mudanças climáticas ou de manejo ambiental, o MICOA elaborou, em 2007, um Plano de Acção para a Prevenção e Controlo da Erosão de Solos 2008 - 2018. De acordo com o mesmo, Marrupa apresenta um tipo de erosão Ravinar, causado pela falta de sistemas de drenagem, por chuvas intensas, por actividades

humanas, pela ocupação desordenada do solo e pela ocorrência de solos muito íngremes.

7. Como soluções, o referido plano de acção sugere a construção de gabiões, barreiras de pontecas, diques e valas de drenagens e plantar capim Vetiver a montante para estabilizar as ravinas, consciencialização e sensibilização das comunidades através de palestras, programas radiofónicos, educação ambiental orientadas por secretários dos bairros, autoridade tradicional envolvendo as comunidades e proibir que as comunidades utilizem as zonas íngremes para agricultura ou habitação. Para muitas dessas soluções, nem o Conselho Municipal, nem o Governo Distrital possuem os recursos apropriados.

“Temos muito pouco controlo nas acções dos munícipes contra o meio ambiente e eles por outro lado não percebem que causam graves danos com as queimadas que fazem, com os cortes de árvore para lenha, com a retirada de areia em zonas de risco para construção das suas casas, entre outros. Aqui existem muitos hábitos rurais, aquilo que chamamos de cultura de machamba, e que o CM mesmo depois de intensificar as mensagens, não consegue acabar. Não podemos pensar na área do Meio Ambiente apenas como limpeza da Vila quando temos visitas, existe muito mais a ser feito nesta vereação

Vereador do Meio Ambiente– Bernardo Maíne

8. No que diz respeito à falta de capacitação e conhecimento por parte do Conselho Municipal em aspectos ambientais a situação do Município de Marrupa é preocupante. A título de exemplo, quanto à falta de conhecimento sobre aspectos sob a responsabilidade da vereação do meio ambiente, o Conselho Municipal havia identificado um local para ser implantada a lixeira municipal, mas identificaram de acordo com a Presidente do Conselho Municipal *“pela sua vontade e sem conhecimento técnico sobre as especificidades necessárias para implantação da mesma”*. Quando os técnicos do MITADER vieram ao Município para aprovarem o local identificado chumbaram a proposta explicando que aquele era um ponto de cruzamento de ventos o que iria fazer com que o lixo se espalhasse por toda a Vila.
9. *“Este é apenas um exemplo de como precisamos de apoio, para que possamos agir e tomar decisões com conhecimento sobre as matérias”* explica a Presidente do Conselho Municipal. Acresce, que até ao momento, Marrupa ainda não possui um aterro sanitário.

10. Quando questionados sobre a existência de Organizações da Sociedade Civil que trabalham na área todos os entrevistados referiram que nenhuma trabalhava na área de meio ambiente (tivemos a informação que o actual vereador de Meio Ambiente havia sido em tempos presidente de uma associação denominada ASANTE – esta informação não pode ser confirmada pois a informação foi obtida depois de falarmos com o vereador e este não mencionou o facto durante a interacção com a equipa de pesquisa).
11. No entanto, o vereador de Finanças afirma que associações como a ASANTE costuma participar, apesar de irregularmente, e que por vezes chegaram a dar contribuições positivas como o facto de terem alertado o Conselho Municipal para a necessidade de construção de um novo mercado uma vez que o ‘Mercado 2’ já se encontrava sobrelotado. De acordo com o vereador, até o local de construção do Mercado foi identificado pela Sociedade Civil e pelos munícipes.
12. Achamos ser muito importante fazer referência à difícil tarefa que foi triangular alguma informação com aquela recolhida durante a realização das entrevistas de levantamento em Lichinga. Os membros da ROADS, em Lichinga, haviam referido que já haviam organizado um Observatório Municipal em Marrupa para discussão de aspectos ligados ao Meio Ambiente. No entanto, todos os entrevistados questionados em Marrupa, quer do Conselho Municipal, da Assembleia Municipal e da Sociedade Civil, afirmaram não ter conhecimento da realização deste evento.
13. O município possui um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos que integra algumas actividades de gestão ambiental. Contudo, não pudemos ter acesso ao mesmo porque segundo o vereador da área, ainda carecia de aprovação pela Assembleia Municipal. O facto de a nossa visita ter coincidido com o momento de tomada de posse do novo elenco municipal limitou o nosso acesso a informação relevante.
14. Contactos posteriormente efectuados junto do PRODEM indicam que muitos dos planos elaborados foram feitos em parceria com o MITADER (planos de manejo ambiental) mas que os mesmos se encontram mais centrados na aquisição de equipamento e não numa análise realizada pelos próprios Municípios ao seu contexto.
15. É, pois, nossa recomendação que a equipa aceda e analise estes planos aquando da entrada efectiva em Marrupa de modo a identificar pontos de contacto com os objectivos de resiliência climática almejados no âmbito do PRODEM.

“Não temos muito domínio, apenas olhamos mais para a situação da erosão, do lixo, dos DUATS, porque são as matérias em que temos algum conhecimento. Nunca tivemos nenhuma formação. Individualmente, procuramos alguns livros e documentos para nos inspirarmos e melhorarmos as nossas funções mas nem a esses é fácil ter acesso”.

Chefe da Comissão da Assembleia Municipal para o Meio Ambiente – Evaristo Ronance

16. Quanto à fiscalização realizada pela Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Municipal o vereador explica que pretendem unir forças para ultrapassar os desafios sentidos no que toca ao conhecimento sobre a matéria e capacidade de fiscalização dos membros da Assembleia, mas assume que a principal dificuldade é a falta de pessoal técnico qualificado (no quadro da Assembleia Municipal) para desempenhar estas funções. *“Assumo que o domínio e o conhecimento que existe por parte dos membros da Assembleia surgiram da interacção com o Conselho Municipal e da experiência pessoal dos membros”.*
17. Por outro lado, tanto vereadores, como os membros da Assembleia Municipal contactados explicaram que desde que assumiram as suas funções nunca receberam nenhuma formação, nem possuem nenhum documento orientador para as áreas relacionados com o Meio Ambiente e Ordenamento Territorial que pudessem ser úteis no desempenho das funções destas comissões de trabalho.
18. Os espaços de discussão sobre matérias ambientais são insuficientes e irregulares, pois acontecem quando o Conselho Municipal e o seu elenco visita os bairros e quando os líderes comunitários se deslocam ao Município para algum encontro ou palestra.
19. No que diz respeito à divulgação de informação importante sobre matérias ambientais, saneamento do meio e de ordenamento territorial foi possível perceber que não são usados jornais de parede, nem é colocada informação para consulta nas vitrinas, mas que a disseminação é feita apenas através dos líderes comunitários – uma vez que o acordo com a Rádio está actualmente suspenso, a Rádio pediu apoio ao Conselho Municipal para aquisição de material de trabalho mas ainda não obteve resposta.
20. O Chefe da comissão de Meio Ambiente confirma que a réplica da divulgação de informação relevante aos munícipes está maioritariamente sobre a responsabilidade dos Líderes comunitários mas alerta para o facto de estes serem nomeados pelo Conselho Municipal e não eleitos pela comunidade podendo isto

ter um impacto negativo na proximidade dos líderes aos munícipes dos seus bairros.

21. De acordo com o vereador de Meio Ambiente quando este acordo estava operacional a Rádio passava um programa todas as sextas-feiras sobre vários temas relacionados com a governação municipal, nos quais divulgava por vezes mensagens sobre o meio ambiente. Pudemos assumir que em tempos o papel desempenhado pela rádio foi crucial e recomendamos que se unam esforços com o Conselho Municipal para a revitalização do acordo, procurando apoiar as carências de material de trabalho partilhadas pela Rádio.

“Temos muitos problemas nesta matéria, as construções são desordenadas, bairros são antigos à criação do Município, sabemos que o Conselho Municipal luta contra o desordenamento de construções que se verifica aqui em Marrupa mas não consegue fazer mais porque destruir casas e reassentar pessoas é um grande encargo financeiro. Há falta de sensibilização para que os munícipes acatem as mensagens mas se para isso existem desafios financeiros e até humanos. Não possuímos muita informação sobre esta matéria e nem legislação sobre os deveres do Conselho Municipal para com este tópico”.

Chefe da comissão do Meio Ambiente – Evaristo Ronance

22. Segundo um técnico da Vereação de Urbanização e Gemelagem também as sensibilizações sobre temas de ordenamento territorial como a importância da posse de DUATS (Direito do Uso e Aproveitamento de Terra⁵) são irregulares e insuficientes o que resulta na construção desordenada e não autorizada dos munícipes. Apenas costumavam ser chamados pela Rádio quando esta ainda transmitia mensagens do Conselho Municipal para responder a algumas questões colocadas por munícipes quando a Presidente do Conselho Municipal vai aos bairros interagir com munícipes, mas o técnico entrevistado assume que esta matéria, pelos desafios que o Município enfrenta merecia um espaço apropriado para discussões e divulgação de informação.

Desafios - Componente A	Descrição
Erosão:	Nos bairros os munícipes retiram muita areia para construções causando em algumas zonas problemas gravíssimos de erosão e colocando em perigo casas ao redor (Presidente do Conselho

⁵ Na titularização do direito de uso e aproveitamento da terra o Estado reconhece e protege os direitos adquiridos por herança ou ocupação.

	Municipal referiu que os próprios líderes não tomam nenhuma acção para evitar esta situação). A situação de erosão em Marrupa é muito grave e de acordo com todos os entrevistados representa um dos principais problemas ambientais do município ⁶ .
Ordenamento Territorial:	Construção desordenada e em locais não autorizados devido aos graves problemas de erosão e risco de desabamento. No entanto o Conselho Municipal argumenta que apesar dos constantes avisos, os munícipes tendem a insistir construir em zonas de risco. Outro desafio prende-se com a fraca divulgação da importância da posse de DUATS (Direito do Uso e Aproveitamento de Terra) que faz com que muitos munícipes não possuam o seu.
Gestão de Resíduos Sólidos:	Os munícipes têm tendência a colocar o lixo doméstico no chão, espalhado, e não nos tambores apropriados que foram distribuídos pelos bairros (esta situação foi possível confirmar quando visitamos os mercados), urinar na via pública, entre outros. Não existe nenhuma actividade de separação e reciclagem de lixo.

COMPONENTE B - GESTÃO FINANCEIRA

Para a presente sub-secção a equipa analisou o contexto fiscal do Município de Marrupa para compreender:

- A realização - a respectiva frequência - de campanhas de sensibilização fiscal;
- A tendência da cobrança de receitas e taxas municipais;
- O nível de acesso a informação tributaria municipal relevante, incluindo o acesso a informação fiscal auditada;
- O engajamento entre os órgãos municipais para abordar e discutir questões fiscais.

23. Para a questão da gestão financeira e a transparência na utilização de recursos públicos é importante analisar o grau de disponibilização pública de informação financeira pelo Conselho Municipal. Uma grande dificuldade mencionada por

⁶ A edição do Jornal Domingo de 16 de Janeiro de 2016 publica um artigo sobre a erosão no município onde refere que esta ameaça engolir o município de Marrupa, colocando em perigo os mais de 26 mil habitantes e suas residências. Acresce que as crateras existentes são tão profundas e extensas, avançando, gradualmente, para o centro da vila, perante a impotência, quer do Governo Distrital, bem assim, do Governo Municipal. Um outro artigo do mesmo semanário, datado de 5 de Junho de 2016, volta a sublinhar este desafio como sendo um assunto premente.

este órgão para não cumprir cabalmente com este aspecto (o qual, aliás, decorre também de preceitos legais) é o elevado nível de dispersão da população da vila. Isto dificulta uma articulação adequada com a mesma. O Conselho Municipal tem, por isso, de recorrer aos líderes comunitários para fazer chegar mensagens aos munícipes.

24. Como autarquia, Marrupa ainda está a trilhar os seus primeiros passos quer no contacto directo com os munícipes, quer na utilização dos líderes comunitários como ponte para partilhar informação relevante para os munícipes.
25. Foi possível compreender que as lideranças comunitárias (secretários, régulos, etc.) têm um entendimento muito limitado sobre o funcionamento da gestão financeira municipal e isso afecta negativamente a forma como divulgam informação aos munícipes, quanto mais estimular contributos críticos por parte dos munícipes.



Figura 2 Entrevista com o Régulo Marracuene na sua residência

26. Estes líderes não se encontram devidamente capacitados para analisar e disseminar a informação partilhada pelo Conselho Municipal sobre como este colecta e executa os fundos públicos.
27. De acordo com o vereador de Finanças alguns munícipes *“percebem a importância do pagamento de taxas e impostos e têm consciência da sua responsabilidade fiscal. No entanto esta ainda é uma realidade nova para muitos, porque serem residentes de um município ainda é uma realidade também ainda nova”*. O vereador explica que a sensibilização que tem sido feita para melhorar este cenário acontece apenas a nível dos 2 mercados que se encontram nas

imediações da Vila e não nos bairros pois o Conselho Municipal enfrenta actualmente muitos desafios em termos de recursos humanos e financeiros que impedem os gestores municipais de intensificar as mesmas e de conseguir abranger todos os bairros. *“Neste momento estamos com muitas dificuldades na colecta do IPA (Imposto Pessoal Autárquico) e já contactamos a EDM (Electricidade de Moçambique) e a Empresa de Tabaco para nos apoiarem nesta cobrança porque nós Conselho Municipal não estamos a conseguir chegar a todos os residentes do Município de Marrupa”*.

28. A Presidente do Conselho Municipal reconhece a importância de se realizarem campanhas de sensibilização fiscal mas repisa que o órgão executivo tem muitos desafios no que toca ao seu quadro de Recursos Humanos que necessitam ainda de muita capacitação para a mobilização de receitas. Acresce que os próprios líderes comunitários têm de fazer parte dessas iniciativas de capacitação pois são quem mais contactos estabelecem com os munícipes.
29. De acordo com o vereador de Finanças, apenas 5% dos potenciais contribuintes cumprem com as suas obrigações fiscais, limitando o normal funcionamento, o desenvolvimento e crescimento do Município.
30. A Presidente do Conselho Municipal queixa-se da fraca capacidade de contribuição fiscal dos munícipes e explica que *“quando entramos como um novo município a receita arrecadada era de 200 mil meticais, a nossa principal fonte de receitas são os mercados e o uso de terras, mas só um dos mercados tem muita afluência de vendedores logo apenas possuímos 1 fonte. Os nossos técnicos também não possuem nenhuma capacitação para realizarem o seu trabalho e o quadro de pessoal é muito pequeno. Quem faz a colecta actualmente são estes técnicos porque costumava ser os Secretários dos bairros mas eles não colectaram nenhuma receita e tivemos de trocar de metodologia”*.
31. Curiosamente, uma das receitas próprias cobradas é resultante de taxas cobradas pela extracção de areia e brita, uma actividade que tem contribuído para agravar o risco de erosão em Marrupa. De acordo com balanço referente ao exercício de 2015, nesse ano, o Conselho Municipal de Marrupa arrecadou cerca de 68.000 Meticais de taxas de extracção de areia e brita. Parece um valor simbólico, mas é significativo para um município como Marrupa, representando cerca de 6.2% das receitas próprias previstas para 2016 e 34% das receitas colectadas no seu primeiro ano de funcionamento.
32. Encontrar o equilíbrio entre estes dois factos será importante para o Conselho Municipal e é um desafio que deve ser considerado na preparação de planos de

manejo ambiental e resiliência, bem assim, na mobilização de recursos que assegurem o funcionamento da autarquia.

33. Não existe um plano de arrecadação de receitas mas segundo o entrevistado quando o Conselho Municipal elabora o Plano anual do Município atribui actividades de arrecadação de receitas a todas as vereações. Estas actividades devem ser articuladas entre os gestores das Vereações e os líderes comunitários nas suas actividades de coordenação e fiscalização sobre o andamento da execução do plano.
34. Os membros do Conselho Municipal entrevistados pela equipa afirmaram que todos os líderes comunitários têm em mãos o Plano Municipal assim como a equipa técnica da Rádio para divulgação – esta informação foi confirmada pela equipa aquando da realização das entrevistas a um líder comunitário e à Coordenadora da Rádio Comunitária de Marrupa.



Figura 3 O pesquisador do MuniSAM Aly Lálá com a Coordenadora da Rádio Comunitária de Marrupa, Joana Fernando Saíde, nas instalações da rádio

“O Plano, o Orçamento e toda a informação que é relevante disseminar para os munícipes está neste momento a ser feita indevidamente porque os líderes comunitários é que estão nos bairros a fazer esse trabalho mas nós não sabemos se a mensagem chega lá porque nós como Conselho Municipal não fazemos directamente ao nível dos bairros só quando a Presidente do Conselho Municipal organiza encontros lá é que aproveita para falar sobre todas estas matérias, mas fazemos nos dois Mercados da Vila alguns encontros com os contribuintes. Temos muitas dificuldades de recursos humanos e por isso temos capacidade muito limitada para actividades de sensibilização.”

Vereador Finanças – Bonifácio Uiriamó

35. Quer o vereador de Finanças, quer o Chefe da comissão de Finanças da Assembleia Municipal, afirmam que a variação do nível de colecta de receitas apresenta uma tendência a baixar entre os meses de Dezembro a Fevereiro, já que estes são considerados os ‘meses de fome’ em Marrupa. A população fica totalmente dependente da colheita e de quanto produto conseguem vender durante a época festiva do natal e fim-de-ano, quando a fome assola, a renda dos munícipes, maioritariamente dedicados à agricultura e ao comércio informal, reduz drasticamente, afectando a colecta.
36. O Chefe da comissão de Finanças explicou que sempre que a colecta desce, a sua comissão procura averiguar as causas e que muitas vezes o que descobrem é que são os cobradores que desviam fundos e que essas constatações são, de seguida, canalizadas para o Conselho Municipal como forma de apoiar o órgão executivo a combater estes casos. Como parte do seu trabalho de fiscalização, a comissão de Finanças e outros membros da Assembleia Municipal visitam os mercados para verificar as licenças de barraca, deslocam-se também às moageiras, solicitam os comprovativos de pagamento de taxas e impostos devidos – para depois triangularem com a informação que consta nos balancetes de receita do Conselho Municipal.
37. A Presidente do Conselho Municipal acresce que a divulgação de informação financeira e receitas colectadas é feita durante as visitas de governação aberta aos bairros, nos encontros entre o Conselho Municipal e os líderes comunitários e afirma que o Conselho Municipal está consciente de que esta divulgação é crucial para motivar os munícipes a cumprirem com os seus deveres fiscais.
38. A mesma argumentou também que colocam esta informação nas vitrinas do Conselho Municipal e dos mercados mas quando a equipa procurou confirmar esta afirmação não encontrou nenhuma vitrina nas instalações do Conselho

Municipal e encontrou os murais dos mercados em bastante mau estado e sem nenhuma informação disponível, conforme se pode depreender pelas fotos abaixo.



Figura 4 e 5 – Parede de Informações junto do “Mercado Central”



Figura 6 – Parede de Informações junto do “Mercado “Mangueira”

39. Quanto às principais recomendações deixadas pelas auditorias e inspeções o vereador de Finanças explica que as mesmas são sempre relacionadas com a necessidade crucial de se aumentarem as receitas colectadas e melhorar, em grande escala, a qualidade e a formação do pessoal técnico inserido no quadro de Recursos Humanos do Município.
40. A Assembleia Municipal afirmou ter acesso às recomendações deixadas por estas auditorias, através de informações prestadas pelo Conselho Municipal, mas que

não tem acesso aos respectivos relatórios, nem estabelece qualquer contacto com os auditores. No entanto assumem que o acesso às recomendações e relatórios de auditoria são importantes para que a Assembleia Municipal possa exercer as suas funções de fiscalização de forma adequada.

COMPONENTE C - GOVERNAÇÃO MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

Esta sub-secção representa o principal enfoque da intervenção do MuniSAM junto do PRODEM – Responsabilização Social, a Monitoria pelos Cidadãos aos processos de gestão de recursos públicos e o engajamento dos mesmos nos processos de governação municipal. Assim, a equipa analisou os seguintes aspectos:

- O conhecimento pelos cidadãos municipais e funcionários dos Órgãos Municipais sobre direitos e deveres e sobre práticas de responsabilização social;
- A existência de grupos cívicos envolvidos em processos de monitoria de responsabilização social e de governação municipal e a avaliação do seu nível de conhecimento e engajamento em torno dos mesmos;
- O nível de interacção e engajamento entre Grupos cívicos e Órgãos Municipais em torno dos processos de monitoria de responsabilização social e de governação municipal;
- Nível de conhecimento e de capacidade das Assembleias Municipais (assim como das Comissões de trabalho) e dos Conselhos Municipais para realizarem em pleno, as suas funções;
- As dimensões da participação dos munícipes nos espaços de funcionamento promovidos pelos Órgãos municipais e o conseqüente nível e capacidade de engajamento pelos cidadãos municipais;
- Tipos de, e espaços existentes de divulgação e disseminação de informação aos munícipes em geral.

41. Em Marrupa, o processo de desconcentração e municipalização é ainda um fenómeno fresco. As pessoas ainda não têm noção da finalidade da existência do Conselho Municipal, Assembleia Municipal e da importância da sua participação (assente no princípio de aproximação entre munícipes e órgãos municipais). O seu conhecimento sobre os direitos e deveres e sobre Responsabilização Social é praticamente inexistente, e, mesmo quando se faz sentir através de algum discurso de um entrevistado, na prática, não se verifica.

42. Existe um enorme vazio no que diz respeito ao papel da Sociedade Civil local. Com efeito, a equipa não conseguiu contactar qualquer uma das organizações mencionadas por alguns (poucos) intervenientes. Das poucas organizações que

tínhamos referência através dos testemunhos dos entrevistados (ASANTE e UJAP), nenhuma delas estava operacional. O que resta de Sociedade Civil é demasiado fraco e as suas acções não se fazem sentir a nível do Município.

43. Os líderes comunitários são quem, por sua vez, preenche este vazio. Estes procuram servir de elo de articulação entre o Conselho Municipal – e, até certo ponto, a Assembleia Municipal – e munícipes, apesar das assumidas lacunas sentidas pela equipa quanto ao desempenho desta função pelo líderes.
44. Existe um afastamento evidente entre os munícipes e os órgãos municipais mas foi também possível verificar uma visível vontade por parte do Conselho Municipal em dar resposta a este vazio. De acordo com a Presidente do Conselho Municipal são realizados dois processos de auscultação: o primeiro é a planificação que é a reunião no Conselho Municipal com líderes comunitários para partilhar o plano e a inclusão das sugestões dos líderes sobre o Plano; depois vão aos bairros divulgar as actividades planificadas e auscultar a comunidade.
45. A Presidente do Conselho Municipal explica que tem conseguido *alguma* participação dos munícipes (ainda considerada insuficiente) durante as auscultações na comunidade. Estes, trazem as suas preocupações e são abertos para transmitirem o que querem e precisam “*no dia em que vou aos bairros acredito que eles se sentem motivados a participar porque estão na sua ‘casa’ então estão mais à vontade*”. De acordo com a entrevistada é muito raro a população deslocar-se ao Conselho Municipal, facto que é causado pela distância física que existe entre os bairros (bastante rurais) e a vila, mas também importante referir devido ao afastamento notável entre munícipes e órgãos municipais.
46. Em termos de necessidade de capacitações assume que todas as áreas em que o Conselho Municipal opera, assim como todos os seus gestores e técnicos precisam de muito apoio para melhorar o desempenho das suas funções pois nunca foram capacitados nestas matérias, principalmente no que diz respeito às áreas de urbanização e meio ambiente, e no desenvolvimento de técnicas de aproximação e interacção com munícipes em torno de aspectos de gestão municipal.
47. No que diz respeito à relação entre Conselho Municipal e Assembleia Municipal a Presidente do órgão executivo afirma que existe coordenação, facto confirmado pelo Presidente da Assembleia, e que os membros da Assembleia acompanham as acções do Conselho Municipal – dentro daquilo que são as reais capacidades dos seus membros para exercerem o seu papel fiscalizador e os desafios que enfrentam, que muitas vezes condiciona o seu funcionamento pleno.

48. A Assembleia Municipal ainda não faz gestão do seu próprio orçamento mas a faz o seu plano de actividades anual e o Conselho Municipal descentraliza o orçamento, em contraste com os anos anteriores em que a Assembleia ia requisitando fundos à medida que ia planificando as actividades a realizar. O plano anual da Assembleia veio facilitar os processos de descentralização de orçamento da Contabilidade do Conselho Municipal e a Presidente do Conselho Municipal explica que a adopção desta metodologia de elaboração de Plano anual foi adquirida através de trocas de experiência com Assembleias de outras autarquias.
49. De acordo com o Presidente da Assembleia Municipal e o Vice Presidente também as comissões de trabalho aprenderam durante estas trocas de experiência que também elas devem elaborar os seus próprios planos e submeterem à Mesa, que deve posteriormente compilá-los e arquivar. Os entrevistados partilharam também que as comissões de trabalho já elaboram relatório das actividades que fazem no terreno (de supervisão) que depois partilham com a Mesa e discutem com o Conselho Municipal durante as sessões.
50. Uma análise atenta aos relatórios das comissões da Assembleia Municipal revelam, contudo, que a sua intervenção de fiscalização é extremamente limitada e simbólica. Tal como acontece em outras autarquias da província, a Assembleia age como um divulgador e disseminador do papel e das realizações do Conselho Municipal, funcionando mais como um instrumento de campanha, do que um instrumento de fiscalização em representação dos munícipes. Por exemplo, quando olhamos para a agenda no relatório de actividade das comissões da Assembleia Municipal no período de **06 a 13 de Março de 2016, a mesma tinha como objectivos op cit :**
- a. *Agradecer ao eleitorado pelo voto depositado para a FRELIMO e o camarada Filipe Jacinto Nyusi;*
 - b. *Desmentir o discurso dilatatório do líder da RENAMO;*
 - c. *Sensibilizar os munícipes na limpeza das suas casas; claramente um desvio das principais funções de fiscalização da Assembleia Municipal para uma função de natureza político-partidária.*
51. Quanto ao grau de acessibilidade (compreensão, clareza, detalhe, relevância) do Plano e Orçamento do Município pelos munícipes o vereador de Finanças assume que acredita ser quase nulo, e explica que sessões da Assembleia Municipal são o espaço onde fazem uma divulgação efectiva, onde se discute esta informação – no entanto também a participação dos munícipes neste espaço é nulo.
52. De acordo com o vereador do Meio Ambiente todos os secretários de bairro têm uma cópia do Plano mas os membros da Assembleia Municipal entrevistados

afirmaram que estes raramente fazem uma réplica junto dos bairros sobre os temas discutidos nos encontros do Conselho Municipal – em grande parte devido à falta de preparação e capacidade para tal. Para ultrapassar esta situação ficou decidido internamente a nível do Conselho Municipal que cada vereador deve ser responsável por ir a certos bairros divulgar estes documentos.

53. O calendário de sessões da Assembleia Municipal é aprovado no início do ano e afixado junto do edifício onde funciona. As sessões estão abertas à participação de munícipes e de Organizações da Sociedade Civil, mas o interesse em participar é diminuto.
54. É importante referir também a Rádio comunitária de Marrupa participa nas reuniões do Conselho Municipal e em algumas sessões da Assembleia Municipal – são convidados pelos órgãos municipais com o objectivo de depois divulgarem aos munícipes. Segundo a Coordenadora o acordo entre a Rádio e o Conselho Municipal não se encontra actualmente operacional, pelo, que recentemente, a Rádio não tem divulgado esta informação, mas assume que durante muito tempo a rádio realizou estas actividades.
55. Os entrevistados da Assembleia Municipal demonstraram bastante abertura no que diz respeito à nossa intervenção assim como à participação da Sociedade Civil (apesar da reportada falta de interesse) e dos munícipes em geral nas suas sessões. Demonstraram também procurar apoiar sempre que possível o Conselho Municipal durante as suas visitas aos bairros, seja através da transmissão de mensagens-chave, seja através do reporte de situações que requerem a atenção do órgão executivo – confirmando a análise da equipa de pesquisa sobre o papel da Assembleia acima discutido.
56. No entanto, alguns entrevistados do Conselho Municipal sentem que, quando comparado com o elenco anterior da Assembleia Municipal este está mais distante do órgão executivo e menos coordenado. Os mesmos alegam que pode dever-se a um receio de intervirem mais activamente já que desconhecem as matérias sob a sua alçada.

“Gostaríamos de ir mais aos bairros, de abranger mais munícipes mas com as dificuldades financeiras que temos é difícil, dentro do que fazemos temos tentado apoiar o mais que pudemos as comunidades e chamar a atenção do Conselho Municipal para quando encontramos situações que precisam de maior atenção deles [executivo]”.

Presidente da Assembleia Municipal – Inácio Tonhiua

57. Os principais desafios partilhados pelos entrevistados membros da Assembleia Municipal foram a gestão do orçamento da Assembleia pelo Conselho Municipal, as graves dificuldades sentidas no que concerne às capacidades e aos conhecimentos dos membros da Assembleia – nunca tiveram nenhuma formação desde que tomaram posse – a inexistência de um documento orientador na realização das actividades das comissões de trabalho, e, por fim a falta de um espaço próprio de trabalho (as suas instalações ficam nos escritórios das ÁGUAS de Moçambique que actualmente não ocupam o espaço mas que poderão um dia vir a ocupar quando o problema do fornecimento de água canalizada no Município for resolvido).

“A participação dos munícipes, há que ter noção de que não é muito boa. Há bairros em que até temos de cancelar encontros porque chegamos lá e são tão poucas pessoas que não podemos dizer que tivemos uma boa abrangência de munícipes para tomada de decisões e uma auscultação realística”.

Vice Presidente da Assembleia Municipal – Luis Canhengo

58. O vereador de Finanças explica que os membros da Assembleia não possuem os conhecimentos nem capacidade necessária sobre as matérias financeiras que fiscalizam. De acordo com o entrevistado, e com os próprios membros da Assembleia contactados pela equipa, a maior parte das vezes apenas conseguem, a partir da análise que fazem ao Plano, verificar o que foi realizado e o que não foi realizado assim como o orçamento gasto mas aspectos mais minuciosos precisam ainda de muita capacitação para poder analisar com maior profundidade.

“Temos noção que necessitamos de muito mais capacitação e de conhecimentos técnicos específicos principalmente na área de finanças para tornar a nossa fiscalização mais efectiva”.

Chefe da comissão de Finanças – Carlos Adamo

59. Quanto à equidade de género dentro da Assembleia Municipal, todos os membros entrevistados explicaram que, fruto de uma capacitação no mandato passado sobre a importância do empoderamento da mulher para a boa governação, este elenco “herdou” do mandato passado essa preocupação.
60. Pudemos apurar que a constituição da Assembleia Municipal procura respeitar a equidade de género (no entanto o número de homens – 9 - ainda é muito elevado comparado com o de mulheres - 4) e ficamos agradavelmente surpresos ao termos conhecimento da existência de mulheres Chefes de comissão.
61. Também nas suas visitas aos bairros, de acordo com o Chefe da comissão de Finanças, tentam prestar especial atenção à condição de mulheres e outros grupos vulneráveis da sociedade e auscultar aquelas que são as suas principais necessidades.

Conclusões e Reflexões Finais

Esta secção é um resumo das principais constatações relativas ao quadro de Responsabilização Social e aos principais desafios, por Componente, no município da Vila de Marrupa.

Marrupa enfrenta problemas ambientais sérios, e a sua situação de vulnerabilidade coloca este município entre as 9 áreas do país sob maior risco face às alterações climáticas. O problema da erosão é comumente conhecido por todos no entanto, os hábitos e práticas dos munícipes deixam muito a desejar e o Conselho Municipal (e o Governo Distrital) não têm capacidade para fazer face ao problema. Por parte do Governo Provincial, é possível acompanhar recomendações para a adopção de medidas de combate ao problema. Contudo, com recursos escassos, torna-se difícil fazer face a esta situação. Algumas iniciativas têm sido adoptadas, como, por exemplo, o plantio de capim-elefante, de árvores e bananeiras em certas áreas para conter o deslizamento nas ravinas durante épocas de chuva e ventos. Porém, a construção em zonas vulneráveis, a extracção de areia e a expansão desordenada só vêm agravar o problema. O Conselho Municipal não tem, nem os recursos, nem o conhecimento necessário para estancar ou mitigar estes problemas.

Acreditamos que a intervenção do PRODEM e de outras iniciativas de protecção ambiental pode fazer a diferença em um contexto de escassez de recursos e capacidade limitada.

Partilhamos abaixo, algumas das principais constatações comuns a cada uma das componentes:

- a. Marrupa não têm uma sociedade civil bem estabelecida. As poucas organizações que existem (iam) não foram identificadas durante o mapeamento. Esperamos que a criação e capacitação do SAMCom (comité de monitoria de responsabilização social) possa oferecer outra dinâmica à intervenção social e ao engajamento entre órgãos municipais e munícipes neste Município;
- b. O papel prestado pelos líderes comunitários na constituição de uma ponte entre órgãos municipais e munícipes tem diversas lacunas e acaba tendo um impacto negativo no visível afastamento que existe. Outro impacto negativo desta dependência nos líderes comunitários é a fraca divulgação de informação aos munícipes (pelos seus líderes) sobre vários temas, e, a fraca sensibilização dos munícipes sobre a importância do pagamento de taxas de impostos – e consequente arrecadação de receitas;
- c. Ausência de conhecimento e interesse sobre a intervenção do município e o papel que o munícipe deve desempenhar em qualquer uma das componentes do programa. Este facto deve-se ao hábito que os cidadãos em Moçambique têm, na sua maioria, de que a provisão de serviços públicos compete apenas ao Estado e que o cidadão é mero agente passivo do processo. A realização de campanhas de sensibilização sobre os direitos e deveres dos munícipes no âmbito da responsabilização social pode ser chave.

Mais especificamente, por componente, encontramos as seguintes constatações:

Componente	Constatações
<p>Componente A - Maior Resistência às Mudanças Climáticas e Sistemas Sustentáveis de</p>	<p>A ausência de conhecimento e interesse nesta componente tem impacto sobre o comportamento dos munícipes no que toca ao meio ambiente. Os hábitos de assentamento e construção dos munícipes de Marrupa são nocivos e são uma das principais causas de agravamento da erosão, a qual, progressivamente, vai consumindo a Vila</p> <hr/> <p>À excepção das sessões da AM, não há outros espaços estruturados ou regulares onde órgãos municipais e munícipes possam abordar, interagir e discutir matérias ambientais. As sessões da AM são espaços que devem ser</p>

Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	<p>devidamente aproveitados⁷ no âmbito do trabalho do SAMCom (Comité de monitoria de responsabilização social) em Marrupa</p> <hr/> <p>Não há ainda Planos de Adaptação e Resiliência a Mudanças Climáticas. Há um Plano de Acção do antigo MICOA (2014-2018) que aparenta não ter sido implementada. O MITADER está a trabalhar com o município na elaboração de um plano de maneio ambiental. Contudo, segundo consta, tal plano concentra-se mais na aquisição de equipamento. Resta a oportunidade de se implementar iniciativas de mitigação sustentáveis e com participação cívica. O PRODEM pode oferecer essa oportunidade</p> <hr/> <p>O acesso a informação sobre aspectos climáticos e gestão de resíduos sólidos ainda é limitado. Mas os munícipes vivem o problema todos os dias. Já foram perdidas residências, bens; já houve reassentamentos; e, o Governo Provincial afirma que a zona de expansão não é adequada e irá agravar a erosão</p>
Componente B – Gestão Financeira	<p>A cobrança de receitas próprias pelo Município é baixíssima. Para o exercício financeiro de 2016 previa-se uma colecta de aproximadamente 2.400.000 Meticais. Com o efeito recente do fenómeno <i>El Nino</i>, com a actual crise económica, com a insegurança que se vive no troço Marrupa - Lichinga, o cenário para 2016 - 2018 não parece ser promissor. Há que se pensar em abordagens que superem a mera sensibilização fiscal. É preciso assegurar transparência na gestão financeira; é preciso assegurar que o Conselho Municipal adopte mecanismos de controle que permitam identificar situações de mau-desempenho, de corrupção e, acima, de tudo, permitam adoptar medidas correctivas</p> <hr/> <p>Verifica-se uma fraca capacidade de contribuição fiscal pelos munícipes (causa do desconhecimento da importância do pagamento de taxas e impostos e da falta de sensibilizações e das condições económicas do maior parte dos munícipes de Marrupa) mas também uma fraca</p>

⁷ Quando da implementação do MuniSAM na Vila de Metangula, o programa tinha na AM o seu principal parceiro. As sessões da AM foram devidamente utilizadas para estimular debates acesos e sérios assentes em evidências colectadas e trazidas ao debate pelos Comités de Monitoria de Responsabilização Social (SAMComs) Metangula tem muitas semelhanças com Marrupa, por isso, algumas das abordagens utilizadas poderão revelar-se úteis de sucesso em Marrupa.

<p>Componente C – Governança Municipal e Participação dos Cidadãos</p>	<p>capacidade do Município em motivar os munícipes e melhorar os seus próprios sistemas de arrecadação</p>
	<p>À excepção das sessões da Assembleia Municipal, não há outros espaços estruturados ou regulares onde órgãos municipais e munícipes possam abordar, interagir e discutir matérias de gestão financeira – munícipes não participam nas sessões da AM</p>
	<p>O CM da Vila de Marrupa não tem, pois, uma fonte diversificada de recursos. A sua previsão para 2016 é apenas de 2.4 Milhões de Meticais em receitas próprias. As transferências de nível central são minguantes e insuficientes. Cerca de 6% das suas receitas próprias são provenientes da extracção de areia e brita, uma actividade informal que é necessária, mas causa sérios problemas de erosão em Marrupa. É preciso encontrar formas sustentáveis de extracção e/ou fontes alternativas de receitas</p>
	<p>Os relatórios e/ou recomendações deixadas pelas auditorias efectuadas ao Conselho Municipal não são partilhadas com a AM. Esta partilha é de extrema importância pois poderia permitir à AM exercer mais cabalmente as suas funções de fiscalização</p>
	<p>À excepção das sessões da AM, não há outros espaços estruturados ou regulares onde órgãos municipais e munícipes possam abordar, interagir e discutir matérias de gestão municipal</p>
	<p>Membros da AM não tem conhecimentos suficientes para desempenhar as suas funções em pleno e as necessidades de reforço de capacidades ficaram salientes em absolutamente todas as áreas de gestão municipal, entre outras (a) o conhecimento sobre o conceito e Ciclo de Responsabilização Social, (b) o reforço para um maior domínio das suas funções como órgão de supervisão, por comissão, (c) meios e ferramentas de interacção com outros órgãos de gestão e munícipes, (d) gestão interna e desempenho das suas próprias funções (f) e carecem de um documento orientador sobre os processos que devem ser usados pelas comissões, para melhor exercerem actividades a si atribuídas por Lei</p>
	<p>A participação de munícipes e organizações da sociedade civil que participam nas sessões da AM é praticamente inexistente</p>

Actualmente, a AM exerce mais um papel de divulgador e sensibilizador das actividades do Conselho Municipal do que o seu papel de fiscalizador

Os meios de divulgação de informação relevante aos munícipes são insuficientes, não existem espaços e momentos concretos de auscultação (as visitas, que acontecem cerca de 2 vezes por ano, realizadas pela Presidente e vereadores do CM são considerados espaços de auscultação das necessidades das comunidades facto que traz impactos negativos ao processo de planificação), existe um evidente afastamento entre órgãos municipais e munícipes

Existe um enorme vazio no que diz respeito ao papel da SC em Marrupa

Total desconhecimento pelos munícipes do que se passa no Município

CM deposita muitas actividades de interacção com munícipes e divulgação de informação aos munícipes pelos líderes comunitários e estes não tem sido capazes de desempenhar estas funções em grande parte por falta de conhecimento sobre processos de gestão

Espera-se que as actividades planificadas no âmbito do PRODEM contribuam para resolver parte significativa das questões encontradas ou mitigar os seus efeitos. Espera-se também que a intervenção MuniSAM – PRODEM possa oferecer outra dinâmica a este município. A governação participativa é a alternativa mais sustentável na gestão de recursos públicos.

Para que esta alternativa seja eficiente no Município de Marrupa a equipa de pesquisa recomenda que as capacitações sejam realizadas de forma intensiva e que assegurem a participação de todos os quadros da Assembleia Municipal e do Conselho Municipal para fazer face à visível falta de conhecimentos sobre o desempenho das suas funções. Este desconhecimento constitui um entrave ao desenvolvimento do Município. Aconselhamos também a que o Programa encontre mecanismos para envolver os Líderes e Secretários de Bairro, e também a equipa da Rádio Comunitária de Marrupa nas suas intervenções pelo papel que este têm no estabelecimento de uma ponte entre órgãos municipais e munícipes.

Considerando a implementação do MuniSAM nos seus primeiros anos, os SAMComs deverão ter na Assembleia Municipal o seu principal parceiro e deverão ser capazes de interagir com os órgãos municipais nos principais momentos do ciclo de gestão de recursos municipais.

Esperamos que a intervenção de responsabilização social proposta pela implementação da metodologia do MuniSAM possa contribuir para oferecer outra dinâmica ao Município da Vila de Marrupa. Esperamos estimular uma governação participativa para que, órgãos municipais e munícipes em conjunto possam interagir na identificação e implementação de soluções locais e sustentáveis para os desafios que o município actualmente enfrenta.

A transparência nas contas públicas e processos decisórios, o acesso à informação e a participação do cidadão são alguns dos elementos fundamentais da boa governação. E um pouco por todo o mundo, há registo do impacto que a má governação tem sobre a vida dos Estados. Exemplos incluem crises políticas cíclicas, crises nos preços de produtos básicos, crises na qualidade dos serviços públicos prestados, a queda do nível de vida dos cidadãos, o aumento da pressão sobre os grupos mais vulneráveis, a ausência de integridade pública, entre vários outros males.

Quando falamos de Responsabilização Social no nível municipal, estamos a falar sobre a oportunidade que os munícipes têm, conforme estabelece a Constituição da República e demais legislação, de interagir com os entes públicos municipais à volta da forma como estes executam as decisões, acções e contas municipais para a satisfação das necessidades dos munícipes. Esta é a finalidade da Componente de Responsabilização Social no âmbito do PRODEM.

Anexos

Anexo A - Bibliografia

Nº	Descrição
1	Conta De Gerência Conselho Municipal Da Vila De Marrupa, 2014, Versão Corrigida, Conselho Municipal Da Vila De Marrupa, 2015
2	Acta Da Décima Sessão Ordinária aos Dezasseis Dias do Mês de Dezembro de Dois Mil e Quinze
3	Documento Sobre a Composição Das <u>Comissões De Trabalho Da Assembleia Municipal</u> , 18 De Fevereiro De 2016, Assembleia Municipal Da Vila De Marrupa
4	Plano Das Sessões Ordinárias 2016, 12 De Janeiro De 2016, Assembleia Municipal Da Vila De Marrupa
5	<u>Proposta De Plano De Actividade Para 2016</u> , 12 De Janeiro De 2016, Assembleia Municipal Da Vila De Marrupa
6	<i>Relatório Das Comissões De Trabalho 2016</i> , 26 De Março De 2016, Assembleia Municipal Da Vila De Marrupa
7	Resolução Nº 21/Amvm/2015, Aprova Plano Anual De Actividades Da Assembleia Municipal Para O Ano De 2016, 22 De Dezembro De 2015, Assembleia Municipal Da Vila De Marrupa
8	Resolução Nº 01/Amvm/2016, Aprova Acta Da Xª Sessão Ordinária, 28 De Março De 2016, Assembleia Municipal Da Vila De Marrupa
9	Resolução Nº 12/Amvm/2015, Aprova Conta De Gerência Do Conselho Municipal Da Vila De Marrupa, Do Ano Económico De 2014, 26 De Março De 2015, Assembleia Municipal Da Vila De Marrupa
	Proposta do Plano de Actividades para 2015, Conselho Municipal da Vila de Marrupa, Dezembro de 2014
	Plano Económico e Social do Município da Vila de Marrupa 2016, Conselho Municipal da Vila de Marrupa, Dezembro de 2015
	Relatório Anual 2015, Conselho Municipal da Vila de Marrupa, 10 de Dezembro de 2015
	Informe Alusivo ao 39º Aniversário da Vila de Marrupa, 02 de Maio de 2011
10	Perfil do Distrito de Marrupa, Ministério da Administração Estatal, MÉTIER, 2005

Anexo B - Lista de Entrevistados

Nº	Nome	Cargo	Contacto
1	Marta Romeu	Presidente do Conselho Municipal	828594613
2	Bonifácio Uiriamo	Vereador de Finanças	878076082
3	Bernardo André Maine	Vereador do Meio Ambiente	864742229
4	Gil Inácio Canhesse	Técnico da área do Meio Ambiente	861358998
5	Félix Marchal	Técnico da área de Urbanização e Gemelagem	863122303
6	Inácio Luis Mutonha Tonhuia	Presidente da Assembleia Municipal	863062263
7	Luis Wanje Canhengo	Vice-Presidente da Assembleia Municipal	-
8	Carlos Adamo	Chefe da Comissão de Finanças e Chefe da Bancada da FRELIMO na AM	876320840
9	Evaristo Ronance	Chefe da Comissão do Meio Ambiente da AM	-
10	Marracuene Moerese	Secretário do Bairro de Marracuene e Régulo	-
11	Joana Fernando Saíde	Coordenadora da Rádio e Televisão Comunitária de Marrupa	869587622

Mapeamento Inicial de Base Município de Marrupa

